

Memória e coragem de verdade em um coletivo de luta antimanicomial potiguar: pistas para o que ainda precisamos afirmar

Memory and courage of truth in a anti-asylum struggle collective in Rio Grande do Norte: clues for what we still need to affirm

Carlos Eduardo Silva Feitosa, Ana Karenina de Melo Arraes Amorim, Indianara Maria Fernandes Ferreira

Resumo

Defender os direitos humanos é indispensável para a construção de políticas e práticas no campo da saúde mental. A luta antimanicomial em defesa da reforma psiquiátrica nas últimas décadas no Brasil produziu um modelo alternativo de cuidado em liberdade com a participação de movimentos sociais no período dito de democratização pós-ditadura militar, envolvendo a disputa de forças/saberes díspares, constituindo um campo de inúmeras tensões. Nos últimos anos, observamos mudanças nas políticas de saúde mental que fortaleceram as antigas estruturas asilares, discursos e práticas que já foram alvo de denúncias de incontáveis violações. Como forma de visibilizar resistências neste cenário de ameaças, esta pesquisa cartográfica mapeou elementos da memória e história de um coletivo antimanicomial nordestino encontrando, no testemunho e na sua narratividade, pistas para novas formas de enfrentamento às capturas manicomiais e às violações de direitos que marcam histórica e dolorosamente pessoas com problemas de saúde mental no Brasil.

Palavras-chave

Memória, Resistência, Direitos Humanos, Movimentos Sociais.

Abstract

Advocating for human rights is essential for the development of policies and practices in the field of mental health. The anti-asylum struggle in defense of psychiatric reform over the past decades in Brazil has generated an alternative model of care based on freedom and the involvement of social movements in the post-military dictatorship democratization period, involving the clash of diverse forces/knowledge, creating a field of numerous tensions. In the past recent years, we have witnessed changes in mental health policies that strengthened asylum structures, discourses, and practices that were previously denounced for numerous violations. As a way of visualizing

Carlos Eduardo Silva Feitosa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

carlossfeitosa@gmail.com

Ana Karenina de Melo Arraes Amorim

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

akarraes@gmail.com

Indianara Maria Fernandes Ferreira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

indianarafdes@gmail.com

resistance in this scenario of threats, this cartographic research mapped elements of the memory and history of an northeastern anti-asylum collective, finding, in the testimony and its narration, clues to new ways of confronting asylum captures and rights violations that mark historical and painfully people with mental health problems in Brazil.

Keywords

Memory, Resistance, Human Rights; Social Movements.

Introdução: contar novamente uma história de luta, desde outro ponto

Do ponto de vista macropolítico, as ações de defesa pela garantia dos direitos humanos tornaram-se, nos últimos 30 anos, indispensáveis para a construção de políticas públicas e do cuidado no campo da saúde mental. Os enfrentamentos à lógica manicomial de segregação do louco e da loucura na sociedade brasileira, assim como em outros contextos societários ocidentais, culminaram na emergência de novos modelos de atenção que pretendem substituir o modelo manicomial-asilar. Constitui-se assim um cenário de lutas que envolveram a disputa de forças e saberes, configurando o campo da saúde mental como um campo de batalha com inúmeros tensionamentos.

No Brasil, o próprio processo de reforma psiquiátrica deu-se a partir do embate e das mais diversas tensões em torno dos elementos que compunham as práticas em relação à loucura no campo da saúde mental. Historicamente, a constituição do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTST) se deu por meio de conflitos envolvendo processos de fragilidade no tratamento hospitalar manicomial, precárias condições de trabalho, além das diversas denúncias de violações dos direitos humanos (Amarante, 2010).

A esse movimento, agregou-se a participação de usuários e familiares, na formação de grupos e movimentos sob o desejo da luta “Por uma sociedade sem manicômios”, lema que se fez presente pela primeira vez no II Congresso dos Trabalhadores de Saúde Mental, que ocorreu em Bauru, em 1987, se tornando lema antimanicomial. Lema também adotado por outras iniciativas na América Latina como a Rede Latinoamericana e do Caribe de Direitos Humanos e Saúde Mental. A luta por uma sociedade sem manicômios culminou na criação da Lei Federal 10.216/2001, de autoria do Deputado Federal Paulo Delgado do PT de Minas Gerais, e garantiu o amparo e a preservação dos direitos das pessoas com transtorno mental (Brasil, 2001). Vale ressaltar que essas formações e movimentos, ocorreram em pleno período de ditadura militar, em meio a denúncias de torturas, desaparecimentos e violações de direitos.

Eis a história contada nos livros de saúde mental, na dita “história oficial” da reforma psiquiátrica brasileira... Podemos contá-la desde outro ponto? Para quê?

Num campo como este, assim constituído como um campo de violações de direitos humanos, a memória faz-se uma arma poderosa e necessária no jogo de forças de diferentes saberes, que concorrem para se estabelecer dentro de um patamar de verdade histórica. Segundo Benjamin (1987), o que se costuma denominar por “verdade histórica” mostra-se como a expressão do domínio e a imposição da história pelos vencedores, de forma que, através de um processo de luta e dominação, a cultura se estabelece a partir da barbárie. Em sua crítica ao historicismo, como a reprodução linear da história dos “vencedores”, Benjamin nos convoca a repensar o passado, a partir da história dos vencidos, de forma a recusar juntar-se ao fúnebre cortejo de um historicismo servil à toda forma de poder.

Nos últimos anos, como consequência do avanço de forças conservadoras fascistas no Brasil e em outros contextos no mundo contemporâneo, observamos retrocessos nas políticas públicas em geral e na política de saúde mental em particular. Nesse processo de desmonte da política nacional de saúde mental instituída pela lei 10.216 e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), são incorporadas novamente as instituições asilares, distorcidamente, como parte na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), privilegiando uma centralidade hospitalar em um modelo hierárquico verticalizado e centralizado no poder biomédico, como pode se ver, a partir

das últimas portarias publicadas até o presente momento, sobretudo as que incorporam as Comunidades Terapêuticas (CT), muitas delas com denúncias de diversos tipos de violações, à RAPS. Vivemos, assim, um processo nos últimos anos que Guimarães e Rosa (2019) chamam de manicomialização do cuidado em saúde mental e que culmina nessas medidas e “contrarreformas” psiquiátricas.

A “história oficial” da reforma psiquiátrica parece não ser suficiente para conter essas forças. Do que ela se esqueceu? O manicômio sempre se reinventa, e isso já sabemos. Que novas forças podemos buscar para enfrentá-lo, para seguir enfrentando-o?

Nesse cenário, a coragem da verdade e a memória de coletivos envolvidos na luta antimanicomial podem constituir potentes (e sempre arriscadas!) estratégias de enfrentamento às violações de direitos que marcam histórica e dolorosamente esse campo e que se agravaram neste recente cenário político. Eis uma aposta!

No campo da reforma psiquiátrica, muitos são os trabalhos e estudos sobre grupos e participação social no processo de luta antimanicomial. No entanto, poucos consideram a questão da memória e da verdade no campo dos direitos humanos desde a perspectiva daqueles que foram manicomializados, que sofreram as torturas manicomiais no próprio corpo e atravessaram o processo histórico de reforma psiquiátrica. Ousamos dizer que foi disso que a “história oficial” da reforma psiquiátrica se esqueceu: dos loucos e seus testemunhos.

Para pensar esse processo de enfrentamento, foi desenvolvida uma pesquisa de imersão cartográfica junto a um coletivo de luta antimanicomial numa capital do nordeste brasileiro, na tentativa de cartografar processos de resistência aos modos de vida manicomializados e a produção de subjetividades por meio dos agenciamentos coletivos dos encontros, das memórias e da verdade desse coletivo.

O coletivo de luta antimanicomial pesquisado foi uma associação de luta antimanicomial (Associação Potiguar Plural), composta por usuários, profissionais e familiares vinculados a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS, estudantes e pesquisadores de universidades públicas e privadas e outros militantes da luta antimanicomial, no contexto de uma capital do nordeste brasileiro. Alguns de seus participantes foram manicomializados há mais de 40 anos e figuram como atores fundamentais do processo de reforma psiquiátrica na região. Esse coletivo, que tem mais de 14 anos de ação no campo da saúde mental é, atualmente, uma referência na militância por uma vida sem manicômios e atua em diversos espaços onde exerce sua militância pelos direitos humanos: na participação em disciplinas e eventos acadêmicos; participa de comissões e comitês do controle social; desenvolve ações na articulação com um Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Norte; promove ações culturais e de arte; dentre outras atividades.

A partir deste campo em disputa política, nos perguntamos como o exercício da memória deste coletivo de luta antimanicomial pode contribuir para a produção de resistências, bem como na identificação de capturas de processos de cuidado institucionalizados, que perpetuam o manicômio, conferindo-lhe forças. Assim, objetivou-se o mapeamento das produções de resistências e capturas manicomiais dos membros do coletivo de luta antimanicomial desde suas memórias e narrativas. Nesse processo procurou-se também cartografar as produções de resistência aos modos de cuidados manicomializados, ressaltando forças presentes no coletivo a partir de coragem de verdade, procurando entrar na disputa de narrativas sobre o processo de reforma psiquiátrica brasileira desde o ponto de vista dos militantes.

As trilhas da pesquisa cartográfica

Dentre o rol de possibilidades de pesquisas qualitativas, a nossa investigação constituiu-se como pesquisa participativa, uma vez que radicaliza a inserção no campo de pesquisa, negando a neutralidade do pesquisador que acompanha ativamente o cotidiano dos coletivos e dos participantes envolvidos, desenvolvendo ações junto aos mesmos.

Os aspectos metodológicos tomados na presente pesquisa partiram de um referencial teórico que toma o pensamento de Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, René Lourau e Walter Benjamin, como referências para a construção do fazer pesquisa. Dito isso, cabe em um primeiro momento caracterizar o ponto de partida do entendimento sobre a produção de conhecimento e o posicionamento do pesquisador, a partir do referencial da pesquisa-intervenção.

Na pesquisa-intervenção, sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa, se criam ao mesmo tempo. A relação que se estabelece é da ordem da imanência. As práticas produzem os objetos assim como produzem políticas de subjetivação. Produzem-se objetos e sujeitos pelo agenciamento dos fluxos. Não há determinação causal de um sobre o outro (Barros, 2007, p. 232).

Nesse aspecto, conhecer é também transformar, onde a produção teórica se estabelece junto com a prática, de modo que teoria e ação são sempre práticas. A pesquisa-intervenção se interessa pelos processos, fluxos, mais do que pela mudança de comportamento, ou o alcance de um resultado específico. Nesse interesse pelos fluxos e processos, cabe sublinhar que na perspectiva teórica assumida na presente pesquisa, a subjetivação é entendida como produção, na qual os processos de subjetivação não são centrados nem em agentes individuais, nem grupais, mas são duplamente descentrados, implicando tanto sistemas econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, etc; quanto sistemas de percepção, afetos, de sensibilidades, desejos, sistemas corporais, orgânicos, como apontado por Guattari e Rolnik (2017).

Dentro da pesquisa-intervenção, a cartografia surge como uma proposição metodológica que apreende a complexidade, coloca problemas, rastreia o plano de forças que compõe a realidade, na maioria das vezes em favor da reprodução, mas que outras vezes opera também em favor de agenciamentos produtivos e afirmativos da vida. A cartografia não determina, em si mesma, uma metodologia, mas põe a discussão metodológica em constante atualização na relação do sujeito com o objeto.

Dentro do oceano da produção de conhecimento, cartografar é desenhar, tramar movimentações em acoplamentos entre mar e navegador, compondo multiplicidades e diferenciações. Ao mesmo tempo, sustentar uma postura ético-estética de acolher a vida em seus movimentos de expansão segundo implicações políticas do tempo, do perspectivismo, da contingência e invenção (Kirst et al., 2003, p. 91).

Tomando como base aspectos da geografia, a cartografia se ocupa do mapeamento de diferentes territórios, de forma dinâmica e não extensiva, mas sim no que diz respeito às intensidades percebidas, assinalando a relação e as implicações dos sujeitos no espaço mapeado. Para tanto, na presente pesquisa foram utilizados os recursos do diário cartográfico (diário em que o pesquisador registra os achados e suas afecções em contato com o campo experienciado), da entrevista aberta, da pesquisa documental e da produção de narrativas.

Segundo Lourau (1993), a técnica do diário de pesquisa refere-se ao próprio processo de pesquisar, trazendo à luz as implicações do pesquisador, reconstituindo sua história subjetiva, mostrando as contradições entre a temporalidade da produção pessoal e institucional, ou burocrática, assim como garantir uma restituição da pesquisa de campo de forma criteriosa. Os diários produzidos foram elementos importantes para a avaliação da própria pesquisa, além da análise das implicações presentes nos encontros com o campo e os sujeitos.

A entrevista foi utilizada como facilitador na construção de vínculos com os participantes e como recurso de aprofundamento sobre temas relativos à história de vida pessoal e coletiva dos participantes da pesquisa, tendo sido construídas a partir do acompanhamento e das afetações dos pesquisadores no campo de pesquisa.

A pesquisa documental feita durante a pesquisa visou a subsidiar a tessitura das narrativas, partindo de uma oposição ao que Deleuze (2005) caracteriza como as duas principais técnicas empregadas pelos “arquivistas”: a formalização e a interpretação, que oscilam entre o dito e o não dito nos registros escritos e inscritos dos documentos (atas de reunião, vídeos e fotografias que registram a participação em diferentes eventos e manifestações, folders de divulgação, página em redes sociais, livros produzidos pelo coletivo, obras de arte, etc). A partir dessa postura de oposição, a pesquisa documental utilizada se aproxima da proposta arqueológica de Foucault: “a arqueologia não tenta contornar as performances verbais para descobrir atrás delas ou sob sua superfície aparente um elemento oculto, um sentido secreto que se esconde nelas ou aparece através delas sem dizê-lo (Deleuze, 2005, p. 28).

Rompendo-se com as mais tradicionais formas de pesquisa, que tomam como base perguntas e respostas, optou-se aqui pelo uso do recurso da produção de narrativas. Segundo Muylaert et al (2014), usar a narrativa na investigação qualitativa permite aprofundar as investigações, combinando histórias de vida com contextos sócio-históricos, possibilitando compreender os sentidos que produzem uma mudança de crenças e valores. Assim, foram construídas narrativas sobre a história do coletivo a partir do estudo de documentos a ele relativos e por seus membros arquivados, dos depoimentos/testemunhos de vida no coletivo em entrevistas com seus membros e também a partir dos diários cartográficos dos pesquisadores, escritos ao longo de 11 meses de acompanhamento do coletivo.

Em relação aos aspectos ético-institucionais da pesquisa, a mesma foi submetida ao comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com apoio da CAPES, das Pró-reitorias de Pesquisa e da Pós-Graduação em Psicologia. Contou com a participação ativa dos pesquisadores nas ações do coletivo, no acompanhamento e registro das ações realizadas pelo grupo pesquisado nesse período. Procuramos trazer recortes e falas dos usuários membros do coletivo, a partir de pseudônimos que mantêm relações com aspectos de suas histórias, sem comprometer o sigilo dos membros da pesquisa. Aqui apresentamos os resultados e discussão a partir das análises realizadas especificamente sobre o material diarístico cartográfico e que precederam o material narrativo propriamente dito.

Parresia coletiva, algumas linhas de fuga e os encontros com outros movimentos no campo dos Direitos Humanos

A história detém o registro de diversos embates no campo dos direitos humanos nesse processo de reforma na saúde mental. Em uma breve recapitulação, corre-se o risco de se ater apenas aos eventos macropolíticos, de se manter no ostracismo e no silenciamento as narrativas negadas, caladas durante esse processo (que não ocorreu de forma linear, num

encadeamento único de eventos), que guarda “a verdade” dos acontecimentos. Esse silêncio é uma das formas pelas quais as rupturas dos acontecimentos são negadas, as fissuras são rebocadas, as violações persistem, mas que não conseguem abafar um certo ruído, a tentativa de produção de uma outra história, a partir de formas de resistência cotidianas, como caminhos que a vida encontra de germinação.

Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) fazem uma reflexão contundente dos efeitos dos movimentos sociais, que surgiram em diversas frentes de luta contra as violências perpetradas ao final da ditadura e que, nos dias de hoje, ainda mantém a força e a disposição de manter os embates pelos direitos daqueles que ainda são mantidos na marginalidade. Mesmo com a potência dos movimentos sociais, de seus enfrentamentos que possibilitaram a abertura para a retomada da democracia, certas formações de saber e certas relações de poder permanecem instituídas convocando às resistências. Como nos aponta Foucault (2015), toda relação de poder implica em uma estratégia de confronto, de forma que só pode existir por meio da resistência, havendo sempre uma possibilidade de resistência nas relações de poder, mesmo que derradeira em relações desproporcionais.

Dessa forma, o objetivo de uma ética afirmativa dos direitos humanos deve ser pensado por meio da aposta nas revoluções moleculares e nas rupturas com práticas de poder no cotidiano.

No momento em que a prisão passa a ser o instrumento principal de castigo torna-se necessária a construção de uma máquina jurídica e judiciária forte, configurada nos procedimentos dos tribunais, de seus especialistas em políticas penais e em comportamentos e virtualidades humanas (Coimbra, Lobo e Nascimento, 2008, pg. 97).

Essa afirmação nos faz refletir que o manicômio ainda é o principal instrumento de controle (travestido de cuidado) da loucura, que se relaciona com uma máquina política, jurídica, médica, que lhe reafirma cotidianamente o biopoder sobre a vida do louco, no retorno à clausura das clínicas de desintoxicação, das comunidades terapêuticas, dos hospitais psiquiátricos, ainda existentes, apesar dos enfrentamentos dos últimos 30 anos.

A reforma psiquiátrica e o reconhecimento efetivo da cidadania para os loucos implicam na constatação de que este não tem qualquer dívida para com a nossa razão científica e tecnológica, de que não existe absolutamente nos loucos nenhuma falta a ser preenchida para se transformar em sujeitos da razão e da vontade (Birman, 1992, p.88).

Na resistência situada nesse embate de forças, o encontro com a associação nos permite afirmar que podemos encontrar no testemunho de pessoas com história no circuito manicomial a potência de transformação vinda justamente do lugar silenciado, subalternizado, deslegitimado, ao qual o louco foi legado. Na insurreição dos saberes sujeitados da loucura, apostamos que sua verdade repousa numa grande potência de ação e de força na luta contra o retrocesso no campo da saúde mental. Os saberes sujeitados são caracterizados por Foucault (2005) como um conjunto de saberes desqualificados, tutelados, inferiorizados hierarquicamente. Esse conjunto de saberes pode ter lugar e expressão na potência de uma grupalidade que se permite colocar em xeque saberes institucionalizados (o saber psiquiátrico da loucura e outros) e criar práticas nas quais o foco está na produção de um saber pessoal e vital, que não se afirmam na outorga de um outro, mas sim na perspectiva de um conhecimento de si e desse reconhecimento de si pelos demais, como forma de resistência, de vida.

A tradição dos oprimidos nos ensina que 'o estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. (Benjamin, 1987, p. 226).

Dentro dessa perspectiva, encontramos no coletivo de luta antimanicomial que acompanhamos (Associação Potiguar Plural), uma ação de acolhimento dos discursos negados, de sua publicização e da defesa das histórias pessoais e coletivas, que antes estavam legadas ao esquecimento, com grande potencial de ação contra posturas sociais fascistas e manicomiais. No entanto, isso só é possível pelas singularidades que este coletivo foi criando para si, constituindo-se como grupo-sujeito, no sentido colocado por Guattari (2004):

O grupo-sujeito - ou o grupo que tem vocação de sê-lo - se esforça por ter o controle sobre o seu comportamento, tenta elucidar seu objeto e, nesse momento, secreta os meios de sua elucidação. Schotte poderia dizer desse tipo de grupo que é ouvido e ouvinte, e que, por isso, faz aflorar uma hierarquização de estruturas que lhe vai permitir abrir-se a um "para além" dos interesses do grupo. (...) ele enuncia alguma coisa (pp. 105-106).

Em seu levantamento sobre grupos, coletivos e associações no campo da saúde mental, Vasconcelos (2008) aponta o surgimento dos mais variados dispositivos associativos na sociedade civil, muitos surgidos da iniciativa de usuários e familiares. Ele chama atenção para como o surgimento desses coletivos afetou o processo político, institucional, teórico da reforma psiquiátrica, reverberando tanto nas práticas cotidianas nos serviços substitutivos de saúde mental surgidos com a reforma psiquiátrica, quanto nos diversos planos da gestão e da política de saúde mental, por meio da militância e ação ativa das lideranças desses movimentos.

Nessa mesma direção, Coimbra (2008) também indica a potência das iniciativas grupais no campo da militância em Direitos Humanos:

A militância, a participação ativa nos enfrentamentos e na reafirmação da solidariedade através das iniciativas do grupo, sempre coletivas, têm trazido para muitos, outras relações com o mundo, onde a alegria se expressa, onde o veneno se esvai, quando a vida se faz mais vibrante. (Coimbra, 2008, p. 31).

Encontramos essa mesma disposição na fala de membros da Associação Potiguar Plural como a Coração Valente, quando esta fala em entrevista que,

[...] a gente tá num coletivo, numa coisa que é séria, que a gente [...] fala de vida, de sofrimento, mas também de amor, né? Porque, se tiver um amor, assim verdadeiro sobre as pessoas, né, elas desenvolvem sentimentos e coisas positivas pra vida da gente (Feitosa, 2019, p.114).

O acolhimento e a criação de espaços coletivos, para o surgimento desses enunciados silenciados é de suma importância para ações concretas de enfrentamento no campo da saúde mental. A possibilidade de se lançar luz ao testemunho de quem foi o objeto principal de um sistema perverso de poder sobre seu corpo, que carrega as marcas físicas e psíquicas de uma história violenta silenciada, permite o surgimento de enunciados de

verdades singulares, que se exprimem de forma parresiasta, que não se escondem na retórica, nem temem retaliação:

[...] porque não é todo mundo que é forte pra aguentar aquele local [o Manicômio]. No meu tempo só aguentava quem fosse forte, porque se não fosse, morria. O manicômio de antigamente era muito forte. [...] Só quem nos protege é Deus, e eu confio muito nele. Talvez seja por isso que ele diz: “Campeão, ainda não chegou a sua hora, você tem mais uma missão a fazer”. E eu vou descobrir qual é mais essa minha missão. Talvez seja a de contar essa história para os mais novos. (Campeão, em entrevista) (Feitosa, 2019, p. 110).

Foucault debruçou-se sobre o conceito grego de *parresía*, a fala franca, como forma de se dizer a verdade. Nessa relação sujeito/verdade, seu foco não é o conteúdo discursivo que diz a verdade sobre o sujeito, mas sim do discurso de verdade pelo qual sujeito é capaz de dizer de si. A enunciação da verdade estaria atrelada necessariamente a um outro a quem ela se endereça, a verdade seria então algo enunciado numa relação, e não endereçada aos ventos, de forma que para dizer a verdade sobre mim mesmo, seria necessária uma alteridade qualificada para tal.

Segundo Foucault (2011), a palavra *parresía* pode ser empregada tanto de forma negativa, quanto de forma positiva. De forma negativa ela estaria atrelada a fala desmedida, sem reflexão, movida pelas paixões e interesse daquele que fala. De forma positiva, a *parresía* mostra-se como a verdade sem dissimulação, sem ornamento retórico, ou seja, dizer a verdade sem subterfúgios a outrem. Nem todo enunciado de verdade é *parresía*, sendo necessárias, pelo menos, duas condições específicas para sua existência: ela deve expressar a opinião verdadeira do sujeito que profere a verdade; e a capacidade de se assumir certo risco frente a quem essa verdade é endereçada, colocando-se em xeque esta relação. Dessa forma, é preciso coragem para se dizer a verdade, pois sua enunciação pode se dar às custas da própria existência. Também, pode-se dizer, é a coragem de dizer/escutar a verdade, pois presume uma relação, um vínculo, sendo assim necessário um jogo parresiástico, no qual quem pronuncia a verdade assume o risco de dizê-la e quem a escuta reconhece que aquele que se arrisca a lhe dizer a verdade deve ser escutado.

Observamos muitas vezes o movimento parresiástico nos membros do coletivo que acompanhamos na coragem de dizer suas histórias manicomiais nos encontros do grupo, mas também em eventos públicos dirigindo sua fala àqueles que os torturaram e violaram no interior dos manicômios locais ou mesmo na cidade. A coragem aí está precisamente no enfrentamento às autoridades médicas e profissionais de saúde, desafiando-os a escutar essas verdades e, mesmo sendo objetos das denúncias, ter de cuidar dos mesmos quando estes precisam, por exemplo, ainda se internarem nos manicômios locais em situações de crise, como malgrado acontece.

Como exemplo, no coletivo pesquisado, a coragem da verdade surgiu nos testemunhos colhidos no grupo, onde violências sofridas puderam ser compartilhadas e escutadas, como a trazida pelo participante, um homem jovem e negro, manicomializado desde os 17 anos, a quem chamamos aqui Poeta: “A polícia me pegou. Devia me proteger e quis me matar”. [...] “No Hospital João Machado, eu vivia impregnado. Na clínica Sta. Maria fiquei [abandonado] eu e minhas vozes” [diário cartográfico, maio de 2018] (Feitosa, 2019, p. 110).

Sobre a disponibilidade de acolher a verdade da loucura, pode-se refletir sobre o convite que Machado e Lavrador (2001) fazem a nos libertar dos “desejos de manicômios”, o desejo de domínio, categorização e controle

do sujeito. Desejos estes que se sustentam em uma perspectiva de racionalidade que encarcera de forma arbitrária, aprisionando a experiência da loucura em determinados modos de existência e expressão, assim como formas para lidar com ela.

Nossa preocupação é a de que essas ideias manicomiais ainda se façam presentes, algumas vezes nos novos serviços em saúde mental e se atualizem em práticas/discursos de exacerbada medicalização, de interpretações violentas, de posturas rígidas e despóticas (Machado e Lavrador, 2001, p. 46).

Essa preocupação é uma questão norteadora do processo de reforma psiquiátrica e da ideia de desinstitucionalização da loucura, que nos força a pensar novas formas de produção de existir na sociedade, que não passem pela captura de uma padronização dos modos de vida e de sofrimento. Entendemos por captura, segundo Barembliitt (2002), a apropriação e a classificação de toda e qualquer singularidade e força produtiva, com sua anexação à uma lógica acumulativa capitalista, transformando as linhas de fuga e produções desejantes em meras mercadorias. Assim, consideramos que os desejos de manicômios operam todas as vezes que as formas de expressão e existências singulares das pessoas que procuram os serviços de saúde mental são submetidas às formas enrijecidas de comportamento, à medicalização e à normalização que, em última instância, coloca a saúde como mercadoria e a doença como objeto de mais valia.

Percebemos também a captura em um modo de existência focado exclusivamente na doença, como um elemento trazido constantemente nas reuniões do coletivo, porém estas não se encerram na repetição das queixas, mas na produção coletiva de práticas de afirmação da vida. Ou seja, se muitas vezes no coletivo a fala circula em torno dos adoecimentos, terapêuticas e queixas e reclamações acerca do cuidado recebido nas redes de saúde, há também lugar para a produção de saídas, de respiros e de soluções coletivizadas para os enfrentamentos dessas realidades produzidas pelo adoecimento e pelas capturas capitalísticas. Nessa produção, o coletivo conta com uma miscelânea de exemplos de seus participantes alguns dos quais, na articulação com a rede de saúde e outros setores e com as políticas culturais existentes, desenvolvem atividades em artes plásticas (chegando a participar de exposições); na expressão por meio das artes cênicas (com apresentações de peças teatrais em eventos públicos); por meio de atividades de atletismo (um dos participantes é medalhista de meia maratona e participa de várias corridas na cidade), na publicação de livro de poesias (dois dos integrantes já escreveram livros), entre outras formas de expressão das singularidades e também do testemunho de suas vidas.

À revelia de uma sociedade que insiste em silenciar a loucura e delimitá-la em um território psiquiatrizado, as falas compartilhadas no coletivo, o testemunho escutado e acolhido, opera a potência da afirmação da vida por meio das ações dos participantes do coletivo nos encontros e também na vida pública da cidade.

No momento de retrocessos políticos e sociais de cunho fascista que assolam o país durante os anos que antecedem e sucedem a realização desta pesquisa, dizer a verdade requer ainda mais coragem. A marginalização daqueles tidos como diferentes, vem assumindo uma face que não se furta a expressar o ódio às categorias subalternizadas, negros, população LGBTQIA+, população em situação de rua e os loucos. Nos diferentes eventos acadêmicos, por exemplo, em que o coletivo comparece, fica evidente também a necessidade do encontro com o testemunho de outros sujeitos que vivem também violações de direitos humanos. Assim, observamos a potência, por exemplo, do encontro dos integrantes do

coletivo com as pautas da população de rua que se transversalizam, através das parcerias com o Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Norte(MNPR-RN) e com os movimentos antiproibicionistas nas lutas relativas ao campo de álcool e outras drogas. Há, na interface dos movimentos e coletivos, o reconhecimento mútuo das pautas de violações e da potência que se amplia no encontro das mesmas em lutas comuns, que observamos na participação de membros dos diferentes coletivos em eventos promovidos pelos demais.

Esses coletivos de luta vivem, na vida social ampla, a ausência da possibilidade de reconhecimento de suas pautas que parte do entendimento da precariedade compartilhada socialmente. Assim, constitui um desafio para as minorias sociais este reconhecimento em sua verdade, uma vez que esta é duplamente negada: como sujeitos e como grupos. Muitas dessas minorias, por conta de todo processo de violação de direitos e violência constituinte de sua condição precária de vida, vivenciam a fragmentação de experiências coletivas, a desmobilização política por inúmeras razões, além do risco cotidiano de silenciamento e morte. Por isso, apostamos com Butler (2019), a partir das experiências com os encontros entre esses coletivos em espaços públicos os mais diversos, que há na precariedade a potência de unir pautas, uma vez que condições precárias são produzidas pela violência estatal e conseguem atravessar as questões identitárias, aliando diferentes movimentos.

No processo de pesquisa, testemunhamos esta aliança de pautas também no enterro de um dos militantes do coletivo que acompanhamos em que compareceram militantes sindicalistas, militantes da população de rua, ativistas culturais, entre outros coletivos que, juntos, se despediram dele. O encontro, de vida e de morte, agregou o coro fúnebre, mas também fortaleceu a peleja em seguir na luta coletiva, tão honradamente vivida por aquele que se foi. A memória de um militante produziu e produz alianças.

Na construção do comum entre aqueles que têm suas vidas marcadas para morrer parece residir a potência daquilo que entendemos como práticas de resistência, ampliando as forças coletivas macro e micropoliticamente na defesa das vidas de todos/as e cada um/a.

Produções de resistências antimanicomiais no coletivo

Na experiência de pesquisa com o coletivo, nos deparamos com as mais diversas faces da produção de política, cuidado, saber e das contradições do próprio processo de produzir conhecimento e fazer pesquisa, a partir não da observação distante, mas por meio da experiência com o coletivo, das afetações das ações, do calor dos encontros, da transformação da própria realidade.

Uma das formas de resistência encontrada se mostrou através das memórias de experiências relacionadas ao manicômio. As histórias de vida dos participantes do coletivo são atravessadas pelo contato com o hospital psiquiátrico em maior ou menor grau, aparecendo durante os debates, as discussões e ações do coletivo, nos mais diversos espaços.

Nos registros cartográficos dos diários, algumas falas nos chocam e nos comovem naquilo que as palavras não conseguem dizer:

Nunca bebi água gelada num hospital psiquiátrico. No hospital eles pegavam o balde e enchiam com água da torneira e colocava o balde na mesa. A gente tinha de usar os copos sujos do café para pegar do balde. Quem não quisesse beber ficava com sede. [O Campeão, diário cartográfico 29/06/18] (Feitosa, 2019, p.109).

Eu tomava banho de garrafa. Não tinha chuveiro, tinha que encher as garrafas para me banhar. “Tinha muita briga” [...] Na Casa de Saúde de Natal não tinha comida reforçada. No café da manhã só tinha leite e pão [O Artista., diário cartográfico 29/06/18] (Feitosa, 2019, p.109).

O testemunho parresiástico, sempre presente nos encontros dos coletivos e nos espaços públicos, apontavam para as cicatrizes que ficam nas histórias de vida marcadas pela experiência do manicômio e suas torturas, urgindo o eco da pergunta feita por Cecília Coimbra: “Como transformar os efeitos dessas experiências pontuadas pela dor, sofrimento, negação, perdas, em instrumentos de luta, potencializando e inventando outras vidas?” (Coimbra, 2008, pp. 30-31).

Pistas para pensar essa questão apresentam-se por meio de uma intervenção que a associação fez junto à Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC). Na época o coletivo foi procurado pelo setor de psicologia da Vara da Infância e Juventude (VIJ), que requisitou uma mediação da Associação Potiguar Plural entre a FUNDAC e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no CAPS infantil (CAPSi) do município. Esse setor havia mapeado duas situações críticas: o encaminhamento de meninas em grande quantidade ao hospital psiquiátrico do município, muitas vezes em decorrência de quadros de abstinência a drogas; e a percepção da existência de um uso excessivo de medicações, após o ingresso na FUNDAC, pelas crianças e adolescentes.

Esse tema sensibilizou e mobilizou bastante os participantes do coletivo, principalmente os que tiveram contato direto com as torturas manicomiais e, a partir desse convite, tomado como uma convocação e uma tarefa necessária para que, também aquelas crianças e adolescentes, não sofressem as mesmas violações. Então, surgiu a proposta de se fazer uma apresentação sobre os perigos da manicomialização, aos representantes da FUNDAC, assim como a mediação na construção de uma rede de cuidados com o CAPSi, voltada para estas crianças e adolescentes em situação de privação de liberdade.

Os enunciados dos integrantes do coletivo sobre o manicômio e suas experiências em sua própria pele assumem, nesse encontro, uma radicalidade parresiástica, pois, não se encerram nas paredes das salas de reunião, mas ecoam dali e tomam as ruas, as salas de aulas, os espaços institucionais, agindo por meio de uma produção desejante, agregando outras pessoas e grupidades, outros enunciados que recusam os manicômios que impedem futuros ao segregar e violar também as crianças, pelo exercício da verdade, negando-se a ser simples porta-voz da loucura:

Como se a palavra (voz) precisasse ser portata. Ela se porta muito bem sozinha e com louca rapidez no seio das massas, quando é verdadeira. O trabalho dos revolucionários não é portar a palavra, fazê-la dizer coisas, transportá-la, transferir modelos e imagens; seu trabalho é dizer a verdade, onde estiverem, nada mais, nada menos que a verdade, sem nada acrescentar, sem tergiversar. [...] a verdade revolucionária se manifesta quando as coisas deixam de incomodar, quando se tem vontade de entender, quando se deixa de ter medo, quando as forças nos voltam, quando se está pronto a ir até o fim, aconteça o que acontecer, quando se está disposto a morrer por isso (Guattari, 2004, p. 364).

Nesse sentido, o coletivo antimanicomial da Associação Potiguar Plural encarna um devir-revolucionário, que não se caracteriza como uma imitação de revolução, mas naquilo que Deleuze e Guattari (2012) concebem como rizoma, como verbo irreduzível, criador, ou no que Guattari (2009) define como sua relação com o desejo e seus fluxos, que sempre decorrem por meio de afetos e devires. Esse devir revolucionário do coletivo, na sua recusa em baixar a cabeça para a cristalização do seu sofrimento e para ameaça a sua esperança, materializada na manicomialização de crianças, opera uma desterritorialização do lugar da loucura subjugada, da loucura psiquiatrizada, para a loucura da revolução, que traz em si algo de todas as revoluções, de forma atemporal, inconformada, transformadora da realidade.

Cabe destacar que, não só no campo da intervenção institucional com a RAPS foram vividas as ações do coletivo. Dentre as estratégias produzidas,

estão as experiências da criação da Cia Cenopoética Vento dos Avoados, e da peça teatral “Dois homens: o encontro” produzidas nos anos 2016 e 2017, através de uma maquinação estética do relato, da memória, do desejo; assim como participações ostensivas em mesas de eventos e nas salas de aula em lugar de destaque, de fala, de saber.

Essas experiências e estratégias produzidas pelo coletivo foram possíveis também pelos modos de composição de grupariedades que afirmam as dimensões coletiva e de produção tal como ressalta Barros (1994). Nesta direção a noção de grupo que consideramos, não se reduz a um conjunto de pessoas e/ou outros elementos que se encontram reunidos como também não endossa binômios e dicotomias, frutos da modernidade, tais como indivíduo-grupo e/ou grupo/sociedade. Aqui a noção de grupos se refere ao plano coletivo de forças que convoca justamente a uma dissolução dessas dicotomias e que produz rachaduras nas individualidades. A partir dessas dissoluções e rachaduras, é possível acessar um plano comum - um plano coletivo de forças moventes (Escóssia e Tedesco, 2020) que nestas experiências aqui compartilhadas permitiram invenções de novas narrativas de si, atravessando vivências de violações afirmando outros mundos e outros modos de existencializações.

Considerações finais

A pesquisa apontou que, por meio do reconhecimento das narrativas comumente negadas, podem-se operar, através de agenciamentos coletivos, ações no campo de saúde mental, de proporções pequenas ou grandes, envolvendo diretamente a própria política pública, ocupando espaços políticos e de produção de saber, tomando de assalto as falas, as práticas, as instituições e jogando luz sobre outras formas de existir.

A linha do testemunho parresiático, da coragem da verdade, de sua enunciação pelos grupos historicamente sujeitados, que trazem no corpo as mortificações do eu, a contenção, a violência, se mostra como uma das mais potentes formas de enfrentamentos aos fascismos e manicomializações ainda presentes em nossa sociedade. Porém, para se efetivar é necessário também a coragem de os ouvir, de reconhecer, nas denúncias do testemunho, aquilo que nos fere e nos convoca à responsabilidade enquanto constituintes da sociedade. Entrar no jogo parresiástico, requer a disposição de reconhecer que estamos imersos na repetição de práticas manicomiais e suas capturas cotidianas nos serviços, na política, nos coletivos de luta antimanicomial, na vida e, colocando em análise constante essas capturas, poder converter a dor em ação, as marcas da violência em lutas pela liberdade das diferentes formas de existir.

Longe de finalizar o debate sobre o tema, podemos pensar artifícios de resistência, a partir de uma reflexão da história oficial em sua interface às histórias negadas, silenciadas. O reconhecimento da verdade na loucura e no louco, que traz na carne e no corpo a experiência de uma história que não se encontra nos livros oficiais, pode lançar luz e se mostrar como enfrentamento às diferentes formas de violações e fazer avançar nas conquistas no campo dos direitos humanos e nas vidas singulares de todos os dias.

Sobre o artigo

Recebido: 19/04/2023

Aceito: 21/5/2023

Referências bibliográficas

- AMARANTE, P. (Org.). **Loucos pela Vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. (2a ed.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática, 5ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2), 2002.
- BARROS, R. B. **Grupo**: a Afirmação de um Simulacro. Porto Alegre: Sulina/Ed UFRGS, 2007.
- BARROS, R. B. Grupo e produção. In A. Lancetti (Org.), **SaúdeLoucura**: Grupos e Coletivos. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 145-154.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: Magia e Técnica, Arte e Política. 3. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BIRMAN, J. A cidadania tresloucada: notas introdutórias sobre a cidadania dos doentes mentais. In: Bezerra Jr, B.; Amarante, P. **Psiquiatria sem hospício**: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1992, p. 71-90.
- BRASIL. Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, DF, abr. 2001.
- BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. Por uma invenção ética para os Direitos. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008.
- COIMBRA, C. M. B. Reparação e memória. **Cad. AEL**, v.13, n. 24/25, p. 15-35, 2008.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. (Vol. 4, 2a ed.). São Paulo: Editora 34, 2012.
- ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In Passos, E.; Escóssia, L.; Tedesco, S. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Editora Sulina, 2020, p. 92-108.
- FEITOSA, C. E. S. **Memória e resistência de um coletivo de saúde mental**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, Brasil, 2019.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004.
- GUATTARI, F. **Les années d'hiver**: 1980-1985. Paris: Les Prairies ordinaires, 2009.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. (12ª ed) Petrópolis: Vozes, 2017.
- GUIMARÃES, T. A.; ROSA, L. C. S. A. Remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura contrareformista. **O Social em Questão**, v. 22, n. 44, p. 111-138,

2019.

KIRST, P. G.; GIACOMEL, A. E.; RIBEIRO, C. J. S.; COSTA, L. A.; ANDREOLI, G. S. Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In Fonseca, T. M. G.; Kirst, P. G. (Org.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 91-101.

LOURAU, R. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C. Loucura e subjetividade. In: Machado, L. D.; Lavrador, M. C. C.; Barros, M. E. B. (Org.). **Texturas da psicologia: subjetividade e política no contemporâneo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 45-58.

MUYLAERT, C. J., JÚNIOR, V. S., GALLO, P. R., NETO, M. L. R.; REIS, A. O. A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 48, n. Esp2, p. 193-199, 2014.

VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Abordagens psicossociais. Volume II: Reforma Psiquiátrica e saúde mental na ótica da cultura e das lutas populares**. São Paulo: Hucitec, 2008.